

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP) DIVISÃO DE APOIO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DICOL)	
	<b>Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Pandemia - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)</b>	<b>ATA DE REUNIÃO Nº 80/2020</b>
<b>Data: 02.12.2020</b>	<b>Horário: 16h.</b>	<b>Local: Virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS)</b>

Estiveram presentes na reunião, realizada por meio virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS):

1. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard (**Membro da COEM**);
2. Juíza Juliana Cardoso Monteiro de Barros (**Membro da COEM**);
3. Juíza Elen de Freitas Barbosa (**Membro da COEM**);
4. Juíza Leidejane Gomes (**JVDFM e Esp. Adj. Criminal Comarca Natividade**);
5. Procuradora de Justiça Carla Araújo (**MPRJ**);
6. Promotora de Justiça Lúcia Iloizio Barros Bastos (**MPRJ**);
7. Dra. Flávia Nascimento (**DPERJ–Coord. de Defesa dos Direitos da Mulher**);
8. Delegada Sandra Ornellas (**DGPAM - PCERJ**);
9. Ten. Cel. Claudia Moraes (**PMERJ**);
10. Sra. Cristina Fernandes (**CIAM Márcia Lyra**);
11. Sra. Rosangela Pereira (**CEAM Chiquinha Gonzaga**);
12. Sra. Helena Piragibe (**Presidente do CEDIM-RJ**);
13. Sra. Maria José de Melo (**CEJUVIDA**);
14. Sra. Emmanuela (**CRMM – Coordenadora do Centro de Ref. para Mulheres da Maré**);

A **Exma. Juíza Katerine Jatahy**, membro da COEM, abre os trabalhos 16h11min, dispensando a lista de presença, por tratar-se de reunião virtual, e agradece a participação de todas em mais uma reunião da Rede, com objetivo de aproximar cada vez mais as Instituições, a fim de compartilharem suas dificuldades e boas práticas em busca de melhorias para prover um atendimento célere e eficaz às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Com a palavra inicial, **Sra. Helena Piragibe** (CEDIM-RJ) discorre, brevemente, sobre as tratativas em andamento acerca da reabertura do CIAM Baixada no imóvel do antigo endereço, localizado no Bairro da Luz, Município de Nova Iguaçu, conforme articulação discutida em

reunião específica realizada no dia 17 de novembro e coordenada pela Juíza Renata Medina (Membro da COEM).

Informa: **(i)** que a certidão do RGI, com o registro do desmembramento do imóvel, já foi liberada em nome da Prefeitura e a Secretária Cristiane Lamarão (SESDSH) já abriu um processo administrativo no SEI para operacionalizar a transferência de titularidade do Município de Nova Iguaçu para o Estado do Rio de Janeiro; **(ii)** que já houve a visita da DPERJ (Secretaria de Engenharia) como parte do plano de ação para planejar a obra de recuperação/ambientação do espaço.

Por fim, relata que continua acompanhando e reivindicando as ações de reforço do sistema de segurança do CEDIM-RJ (recentemente alvo de furtos), enfatiza o quão é importante a articulação da Rede nessas reuniões rotineiras e elogia a atuação da Juíza Renata Medina pela condução do tema CIAM Baixada e também da COEM pela estratégia da divisão territorial para atuação das Juízas nas articulações com as Redes locais, tanto para disseminar a campanha do CNJ "Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, como para outras temáticas.

Dando prosseguimento, **Dra. Katerine Jatahy** indaga à PCERJ sobre as tratativas de melhorias do canal 197 e do RO *online*. A **Delegada Sandra Ornellas** (DGPAM) responde que não houve muita evolução em razão da equipe de TI ser bastante pequena e estar absorvendo muitas demandas/projetos emergenciais. Dito isso, solicita ajuda para impulsionar e para que os temas sejam priorizados na PCERJ. Sendo assim, aventa possibilidade de realizar reunião específica para discussão.

Por fim, a **Delegada** discorre sobre a abertura dos **NUAMs\*\* (Núcleo de Atendimento à Mulher)** na Região dos Lagos (**na 132ª em Arraial do Cabo e na 127ª em Búzios**). *\*\*Equipe especializada em atender os casos de agressões, inclusive sexuais, contra as mulheres com objetivo de promover um atendimento reservado às vítimas, com uma sala própria, principalmente em situações mais críticas, e dar às mulheres o acolhimento que necessitam em um momento de vulnerabilidade.*

Informa que o núcleo de Arraial do Cabo é formado pelas policiais civis femininas que já participam do projeto *As Guardiãs*, lançado esse ano. As agentes das duas DPs passaram por mais um curso de capacitação específica para atender esse tipo de ocorrência. O treinamento abordou temas como a Lei do Femicídio, Medidas Protetivas, Atendimento Humanizado, Revitimização e o Ciclo da Violência, entre outros.

A **Juíza Leidejane Gomes** relata que, em sua região, os Delegados estão enviando, equivocadamente, os processos da Justiça Itinerante para o JECRIM, por meio eletrônico ao invés de seguir o fluxo via e-mail para a competência correta, uma vez que os processos da Justiça Itinerante ainda não foram informatizados.

A **Juíza Elen de Freitas** informa quanto à necessidade de reforçar a capacitação nas Delegacias do interior para utilização do sistema eletrônico e cita o exemplo do plantão da Delegacia de Valença que tem utilizado ainda o fluxo via e-mail, por não saber utilizar o sistema ou, talvez por não terem ainda o formato eletrônico.

Ao ensejo, agradece à Sra. Helena Piragibe pela indicação, enquanto CEDIM-RJ, junto à SEDSDH, para que o Município de Três Rios seja contemplado com um CEAM para atender a região do Centro-Sul Fluminense. Dito isso, informa que a reunião com o novo Secretário ocorreu na presente data e foi bastante positiva, pontuando várias necessidades e expectativas quanto a atuação da gestão pública no combate a violência de gênero, além de alinhar a parceria do Município com o Estado para instalar o CEAM da região no início de 2021.

Por fim, relata sobre o projeto desenvolvido, juntamente com a Rede Local, que capacitou mais de 400 agentes comunitários da saúde na região para que possam identificar, acolher e encorajar as mulheres vítimas de violência doméstica que ainda não conseguem realizar a denúncia.

Com a palavra, a **Defensora Pública Flávia Nascimento** (DPERJ) sinaliza sobre o Ofício enviado à Presidência do TJRJ, no qual a DPERJ informa sobre a impossibilidade de ocultar informações acerca da localização e contatos das mulheres vítimas de violência e familiar nas distribuições de ações de competência cível, familiar e de violência doméstica e familiar.

Diante da necessidade de garantir-se a proteção integral à mulher em situação de violência, foi solicitado no referido Ofício que o TJRJ disponibilizasse em seu portal a opção de distribuição de novas ações resguardando o sigilo dos endereços e informações de contato das vítimas, garantindo que tais informações sejam visualizadas apenas pela defesa da peticionante, e, se necessário, pelo julgador e pelos servidores encarregados de alguma diligência de comunicação com a vítima.

Por fim, sinaliza quanto a necessidade de realizar ajustes no Protocolo Violeta Laranja considerando alterações ocorridas no fluxo interno de entrada na DPERJ, em razão da criação do GT Femicídio na Instituição, estabelecido por Resolução, que dará assistência nas demais localidades, uma vez que o NUDEM atua na Capital.

Em relação aos cenários relatados envolvendo questões sistêmicas (*canal 197, distribuição eletrônica Justiça Itinerante, distribuição via e-mail no plantão da Delegacia de Valença e melhoria no Portal do TJRJ pra resguardar o sigilo dos endereços e contatos das vítimas*), a Juíza Katerine Jatahy sugere para que, oportunamente, as temáticas sejam abordadas na próxima reunião que ocorrerá com as TIs do TJRJ e PCERJ, no dia 4 de dezembro, às 14h. Sendo assim, solicita para que a DICOL/COEM encaminhe o convite da reunião para a Delegada Sandra Ornellas, Juíza Leidejane Gomes, Juíza Elen de Freitas e Dra. Flávia Nascimento. (DELIBERAÇÕES 01 e 02)

Quanto ao **Protocolo Violeta Laranja**, Dra. Katerine Jatahy sugere que a Dra. Flávia Nascimento (DPERJ) registre todas as necessidades no **grupo do Whatsapp do GT-Feminicídio**, criado, recentemente, para que todas as Instituições envolvidas sinalizem o que precisa reformular em razão de seus fluxos internos e também para facilitar a comunicação nas tratativas da revisão/ampliação do Protocolo.

Ao longo da reunião, ocorrem breves debates acerca dos seguintes temas:

(i) o projeto na PCERJ para oitiva da vítima, sinalizado pela **Dra. Sandra Ornellas**, para disponibilizar um espaço adequado para depoimento especial, em cada DEAM e também na DCAV (Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima). Porém, apesar do baixo custo, sinaliza que dependem da liberação dos recursos financeiros.

Em complemento, a **Delegada** informa que também há expectativa de conseguir verba de gabinete em 2021 para reconstrução da DEAM Campo Grande, cujo projeto arquitetônico já está concluído, inclusive já contemplando a sala para depoimento especial.

(ii) quanto a possibilidade de fomentar o mais breve possível, interações com os novos Secretários Assistenciais para sensibilizar quanto a importância do trabalho e integração de toda a Rede, apresentar os projetos etc., em razão do contexto atual de transição na gestão municipal que, possivelmente, refletirá em mudanças nos equipamentos de atendimentos às mulheres vítimas, conforme sinaliza e indaga a **Juíza Juliana Cardoso**.

Nesse sentido, são aventadas as seguintes possibilidades:

- **Sra. Helena Piragibe** (CEDIM-RJ) sugere seguir a mesma estratégia usada para disseminar a campanha CNJ "*Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica*", onde as Magistradas se dividiram regionalmente para articular com as Redes Locais;

- **Dra. Katerine Jatahy e Dra. Elen de Freitas** concordam com a necessidade e com a sugestão da Sra. Helena Piragibe para que cada Magistrada promova essa interação, em momento oportuno, dentro da sua região;
- **Dra. Carla Araújo** (DPERJ) sugere já orquestrar essas interações a partir de janeiro (na 1ª quinzena), em razão dos períodos que ocorrerá a troca da gestão nas Instituições: 1º janeiro nas Prefeituras, 17 de janeiro no MPRJ e em fevereiro no TJRJ.

Dando prosseguimento, a **Ten. Cel. Claudia Moraes** (PMERJ) discorre sobre o momento complicado na corporação, em virtude de muitas baixas e afastamentos dos policiais contaminados com o COVID-19, inclusive nas equipes da Patrulha Maria da Penha. Informa, que apesar das dificuldades, o serviço das assistências não foi interrompido, mas em algumas localidades tem utilizado policiais que ainda não foram treinados (mas sempre atuando em dupla com um já treinado) para cobrir essa carência de contingente.

Em complemento, cita o caso do feminicídio ocorrido no Município de Valença, cujo autor do fato é um policial militar, expondo sua consternação perante o desfecho do fato e grande preocupação em fazer um trabalho interno urgente para tratar os casos de violência de gênero envolvendo policiais (seja no âmbito do policial agressor ou da policial que sofre violência de seus parceiros).

Dito isso, discorre sobre a possibilidade de, inicialmente, instituir grupos reflexivos para os policiais envolvidos nesse tipo de violência e que outras sugestões são bem-vindas para ajudar a mudar esse cenário. Além disso, compartilha que nem todos os policiais envolvidos em violência doméstica têm esse registro na ficha funcional, mas tentará apurar com a Corregedoria o quantitativo atual.

Após amplo debate, todas as participantes se solidarizam com a Ten. Cel., se colocam a disposição para contribuir em que for possível, dentro de seus perímetros de atuação, e entendem que é preciso, de fato, esse olhar para dentro da corporação em razão do elevado número de policiais réus em processos de violência doméstica.

A **Juíza Elen de Freitas** enfatiza que a ideia dos grupos reflexivos é muito boa, porém relata que precisa ser um trabalho diferenciado dos demais grupos envolvendo civis, em razão da grande carga de stress na rotina do policial e que muitas vezes não se reconhecem como frágeis ou que precisam de ajuda. Além disso, reforça que quanto mais alta a patente, mais difícil fica esse reconhecimento no ambiente onde o machismo e o patriarcado prepondera.

Na oportunidade, **Sra. Cristina Fernandes** (CIAM Márcia Lyra), conforme casos já acompanhados pelo CIAM, discorre que há grande resistência das vítimas parceiras de policiais, que são pressionadas pelos agressores a não denunciarem para evitar exatamente essa notificação na ficha funcional, comprometendo a questão financeira, uma vez que correm o risco de sanções etc.

Ao ensejo, **Sra. Rosangela Pereira** (CEAM Chiquinha Gonzaga) compartilha sobre uma policial vítima, que estava sendo acompanhada pelo CEAM e cujo parceiro agressor também é um policial. Informa que é um caso delicado, onde a medida protetiva foi indeferida e com tentativa de suicídio.

Após debates e pedidos de ajuda, resta registrado que a Sra. Rosangela Pereira fará um estudo de caso, o mais breve possível, e encaminhar à DPERJ e ao MPRJ para que possam intervir.

Por fim, **Sra. Emmanuela** (Coordenadora do Centro de Referência de Mulheres da Maré) se apresenta pelo chat, se desculpa por precisar sair antes do término, mas deixa registrado seus endereços de e-mail para receber o convite da próxima reunião da Rede: [emmanuela.crm@gmail.com](mailto:emmanuela.crm@gmail.com) / [crm.ufrrj@gmail.com](mailto:crm.ufrrj@gmail.com).

Nada mais a tratar, a **Juíza Katerine Jatahy** encerra a reunião às 18h08min, informa que entrará de férias a partir da próxima semana, mas designa a próxima para o dia 16 de dezembro, às 16h, que será conduzida pela Juíza Elen de Freitas. (DELIBERAÇÃO 03)

**JUÍZA KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD**  
**Membro da COEM**

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Sinalizar na próxima reunião com as TIs (PCERJ e TJRJ) os cenários relatados envolvendo questões sistêmicas (canal 197, distribuição eletrônica Justiça Itinerante e melhoria no Portal do TJRJ pra resguardar o sigilo dos endereços e contatos das vítimas).	Delegada Sandra Ornellas, Juízas Leidejane Gomes e Katerine Jatahy e Dra. Flávia Nascimento	04 de dezembro
02	Enviar para Dra. Flávia Nascimento (DPERJ), Juíza Leidejane Gomes e Delegada Sandra Ornellas, o convite da reunião com as equipes de TIs (TJRJ e PCERJ), agendada para o dia 4 de dezembro às 14h.	DICOL/COEM	Imediato

03	Enviar o convite da próxima reunião da Rede, designada para o dia 16 de dezembro de 2021, às 16h.	DICOL/COEM	Imediato
----	---	------------	----------

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata  
foi assinada eletronicamente em  
07/12/2020.

Rodrigo O. T. Almeida  
Chefe de Serviço do SEATE